

A CONCORDÂNCIA VERBAL EM APOSTILAS DE PORTUGUÊS USADAS NO ENSINO MÉDIO: POSIÇÕES DISCURSIVAS

Por Miriã de Oliveira Ferreira¹ &
Maria Inês Pagliarini Cox²

INTRODUÇÃO

Após quase meio século da introdução da sociolinguística nos currículos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em linguística no Brasil, nota-se uma efetiva expansão da concepção de que toda língua viva varia e muda. Essa concepção atingiu, inclusive, a esfera dos documentos oficiais que norteiam o ensino de língua portuguesa na escola básica. Diante dos conhecimentos produzidos pela sociolinguística, a milenar ideologia purista que significa a língua como absolutamente una, homogênea, invariável e imutável teve de se haver com uma ideologia relativista que a vê como plural, heterogênea, variável e mutável. Embora essa última perturbe a ordem purista, está longe de desbancá-la. Contemporaneamente, assiste-se, na cena pública, a um verdadeiro duelo entre os que enunciam sobre o português interpelados pelo purismo gramatical e os que o fazem interpelados pelo relativismo sociolinguístico.

Na esfera governamental, mais precisamente na esfera do Ministério de Educação e Cultura – MEC, o relativismo é assumido e transformado em política linguística, ecoando em todos os documentos oficiais publicados nas décadas de 1990 e 2000, inclusive nos livros didáticos adotados pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Em relação ao ensino médio, foram lançados os seguintes documentos: Parâmetros Curriculares do Ensino Médio – PCNEM (BRASIL, 2000), Parâmetros Curriculares do Ensino Médio + – PCNEM+ (BRASIL, 2002), Orientações Curriculares para o Ensino Médio – OCEM (BRASIL, 2006) e Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM (BRASIL, 2008), todos eles alinhados com a concepção sociolinguística de língua como uma pluralidade de normas, como se pode observar nos excertos seguintes:

PCNEM

O respeito à diversidade é o principal eixo da proposta e, para a área não poderia ser diferente: as indicações deste documento procurarão ser coerentes com os princípios legais (PCNEM, 2000, p. 4).

¹ Mestre pelo Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso – MeEL/UFMT em 2011 e professora do ensino básico da rede privada em Cuiabá.

² Professora do Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso – MeEL/UFMT e orientadora de Miriã de Oliveira Ferreira.

PCNEM+

A norma culta, considerada como uma das variedades de maior prestígio quando se trata de avaliar a competência interativa dos usuários de uma língua, deve ter lugar garantido na escola, mas não pode ser a única privilegiada no processo de conhecimento linguístico proporcionado ao aluno (PCNEM+, 2002, p. 76).

OCEM

Trata-se, especificamente, de promover o debate sobre o fato de que, se as línguas variam no espaço e mudam ao longo do tempo, então o processo de ensino e de aprendizagem de uma língua – nos diferentes estágios da escolarização – não pode furtar-se a considerar tal fenômeno (OCEM, 2006, p. 19-20).

Essa concepção passou a pautar a análise dos livros didáticos inscritos no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Entre os *Princípios Gerais* postos para o ensino básico, o PNLD/2008 estabelece que o livro didático deve propiciar “o desenvolvimento de atitudes, competências e habilidades envolvidas na compreensão da variação linguística e no convívio com a diversidade dialetal, de forma a evitar o preconceito e a valorizar as diferentes possibilidades de expressão linguística”. Além disso, nos *Preceitos Éticos*, o PNLD postula que, para o desenvolvimento da ética necessária ao convívio social e à construção da cidadania, o livro didático de português deve: “a) Não veicular, nos textos e nas ilustrações, preconceitos que levem a discriminações de qualquer tipo, especialmente no que diz respeito aos diferentes falares regionais e sociais; b) Estimular o convívio social e a tolerância, abordando a diversidade da experiência humana com respeito e interesse, inclusive no que se refere à diversidade linguística; c) Colaborar para a construção da ética democrática e plural (formação de atitudes e valores), sempre que questões éticas estiverem envolvidas nos textos e ilustrações”. Já o item *Reflexão sobre a língua e a linguagem e construção de conhecimentos linguísticos*, um dos Critérios Classificatórios, prevê que os conteúdos e atividades propostos pelos livros didáticos devem: “a) Considerar e respeitar a diversidade linguística, situando as variedades urbanas de prestígio nesse contexto”. E, finalmente, o item referente ao *Trabalho com a linguagem oral* enfatiza que os livros didáticos devem: “a) Valorizar e efetivamente trabalhar a variação e a heterogeneidade linguísticas, introduzindo as normas associadas ao uso público formal da linguagem oral sem, no entanto, menosprezar a diversidade dialetal e estilística; b) Explorar as diferenças e semelhanças que se estabelecem entre as diversas formas da linguagem oral e da escrita”. Considerados esses princípios e critérios, os autores de livros didáticos

que almejam a inclusão de suas coleções no PNLD não podem mais assumir a ideologia purista e praticar um normativismo cego que age sob o imperativo categórico do *certo* e do *errado*, renegando toda sorte de alteridade linguística.

Coroando a instituição em nível nacional dessa política linguística que deseja dar direito de cidadania às diferentes vozes do português, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM também passa a levá-la em conta na elaboração das questões de língua materna que constam do exame, como se pode observar na Questão 129 do ENEM-2011, que contrapõe à hegemonia da norma única a pluralidade de normas:

QUESTÃO 129

Há certos usos consagrados na fala, e até mesmo na escrita, que, a depender do estrato social e do nível de escolaridade do falante, são, sem dúvida, previsíveis. Ocorrem até mesmo em falantes que dominam a variedade padrão, pois, na verdade, revelam tendências existentes na língua em seu processo de mudança que não podem ser bloqueadas em nome de um “ideal linguístico” que estaria representado pelas regras da gramática normativa. Usos como *ter* por *haver* em construções existenciais (*tem* muitos livros na estante), o do pronome objeto na posição de sujeito (para *mim* fazer o trabalho), a não-concordância das passivas com *se* (*aluga-se* casas) são indícios da existência, não de uma norma única, mas de uma pluralidade de normas, entendida, mais uma vez, norma como conjunto de hábitos linguísticos, sem implicar juízo de valor. (CALLOU, D. Gramática, variação e normas. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. (orgs).- *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007 (fragmento)).

Considerando a reflexão trazida no texto a respeito da multiplicidade do discurso, verifica-se que

- a) estudantes que não conhecem as diferenças entre língua escrita e língua falada empregam, indistintamente, usos aceitos na conversa com amigos quando vão elaborar um texto escrito.
- b) falantes que dominam a variedade padrão do português do Brasil demonstram usos que confirmam a diferença entre a norma idealizada e a efetivamente praticada, mesmo por falantes mais escolarizados.
- c) moradores de diversas regiões do país que enfrentam dificuldades ao se expressar na escrita revelam a constante modificação das regras de empregos de pronomes e os casos especiais de concordância.
- d) pessoas que se julgam no direito de contrariar a gramática ensinada na escola gostam de apresentar usos não aceitos socialmente para esconderem seu desconhecimento da norma padrão.
- e) usuários que desvendam os mistérios e sutilezas da língua portuguesa empregam formas do verbo *ter* quando, na verdade, deveriam usar formas do verbo *haver*, contrariando as regras gramaticais. (ENEM, 2011, Caderno Amarelo, p.17)

Se as obras que integram o Catálogo do Programa Nacional do Livro Didático de Língua Portuguesa para o Ensino Médio não podem mais ignorar os objetivos gerais dessa etapa de escolaridade e as orientações curriculares em vigor, sob pena de não se

verem incluídas no lote das aquisições feitas anualmente pelo FNDE para distribuição gratuita na rede pública de ensino, a mesma preocupação parece não ocorrer com as famigeradas apostilas. Circulando principalmente na rede privada de escolas de ensino médio, as apostilas não passam por qualquer avaliação dos órgãos governamentais encarregados da educação básica no país. Uma primeira aproximação de apostilas usadas atualmente em escolas de ensino médio de Cuiabá-MT parece revelar que elas constituem um território não alcançado pelo novo paradigma de ensino de língua portuguesa, um território onde ainda circula o discurso do “certo” e do “errado” sem qualquer prurido, um discurso que desconsidera e avalia negativamente as variedades linguísticas faladas pelos alunos. Destarte, as escolas privadas de ensino médio, no que tange ao ensino de português, portam-se como um continente alienado do resto da educação no país. Nesse continente, onde se educam os filhos das classes mais abastadas que se imaginam usuárias da norma padrão, as políticas linguísticas governamentais ecoam como uma opção absurda. Tendo esse cenário como pano de fundo, o presente estudo propõe-se a investigar a relação do material didático, ou seja, das apostilas utilizadas por uma turma de terceiro ano de uma grande escola privada de ensino médio na cidade de Cuiabá-MT, com as políticas linguísticas governamentais postas em circulação pelos PCNEM, PCNEM +, OCEM e PNLEM. A fim de operacionalizar o estudo, será focalizada apenas a abordagem da concordância verbal (CV). A escolha da CV deve-se ao fato de ela ser um terreno de constante fricção entre a norma culta e a norma popular e, portanto, um campo propício à aplicação dos conhecimentos sociolinguísticos.

O estudo objetiva: 1) investigar se, ao abordar as regras de CV conforme a norma padrão, as apostilas postulam que o português é um conjunto de variedades linguísticas e que as variedades faladas pelos alunos podem ser diferentes (nem piores e nem melhores) da ensinada na escola; 2) investigar se os enunciadores que falam de concordância nas apostilas dialogam com os enunciadores da sociolinguística e se há um embate entre eles, 3) contribuir para o aprofundamento do debate entre aqueles que dizem a língua e aqueles que ensinam a língua, de modo a ultrapassar a crítica rasa (de ambos os lados) que em nada ajuda na solução da crise do ensino de português; 4) contribuir para a promoção de uma educação linguística que forme cidadãos livres de quaisquer preconceitos linguísticos e competentes para usar a língua em quaisquer circunstâncias.

Serão analisadas duas apostilas, uma do Sistema Positivo e outra do Sistema COC, ambas usadas pelo Colégio investigado e por muitas outras escolas de ensino médio da rede privada em todo Brasil. O ensino pré-vestibular/ENEM é uma característica marcante tanto do COC quanto do POSITIVO, e a maioria das propagandas desses sistemas enfatiza o preparo dado por eles para “colocar” o aluno em uma universidade pública. Também enfatiza a sintonia com as inovações tecnológicas, pedagógicas e teóricas. Contudo, no caso do ensino de língua portuguesa, essas inovações são bastante questionáveis.

A análise, num primeiro momento, ocupa-se em descrever como a CV é tratada na exposição do tema e nos exercícios formulados pelos elaboradores das apostilas ou coletados de bancos de questões, originárias de vestibulares realizados nas mais diversas Instituições de Ensino Superior do país. Num segundo momento, será feita uma comparação entre as descobertas deste estudo e aquelas de Rodrigues (2010) que pesquisou temática semelhante em duas coleções de livros didáticos do ensino médio.

1. AS CONCEPÇÕES DE LÍNGUA SUBJACENTES AO TRATAMENTO DA CV

Observa-se, no excerto seguinte, uma tentativa de incorporação do discurso da linguística ao tratamento dispensado à CV pela apostila do Positivo. Contudo, é visível a leitura equivocada de princípios da sociolinguística variacionista que assume a CV como um fenômeno universalmente variável no português. Contrapondo-se o primeiro período do Enunciado 1 com o segundo, iniciado pelo termo adversativo “inversamente”, constata-se que os enunciadores assumem uma posição ambivalente quanto à CV: ela é *invariável* no “português clássico” e na “norma culta para a língua escrita”, posição identificada com o discurso gramatical, e *variável* no “português coloquial brasileiro” e “fala culta descompromissada”, posição identificada com o discurso da linguística. Mais precisamente, tal como significada no Enunciado 1, a variação restringe-se ao português brasileiro, à modalidade oral, à fala coloquial descompromissada; não é um traço sistemático da língua portuguesa como um todo. Nessa afirmação, vai embutido o postulado de que o português escrito clássico é *a* língua portuguesa, o resto é variação dele. Até os estudos gramaticais, aqueles mais consistentes, já admitiam que CV é um fenômeno variável na língua portuguesa, quando enumeravam as alternativas de concordância para um mesmo caso. Outro índice do alinhamento com o discurso gramatical é admissão, na língua escrita, da CV como

fenômeno variável apenas na “reprodução da fala dos personagens”, quer dizer, é apenas na simulação da oralidade não monitorada que a literatura pode recorrer à CV variável.

ENUNCIADO 1

A Concordância e as Variantes Linguísticas

A concordância é um dos principais traços gramaticais do português clássico e, por conseguinte, é uma das marcas de caracterização da norma culta para a língua escrita. Inversamente, a concordância variável é uma das principais características do português coloquial brasileiro, não só nas camadas populares, mas também na fala culta descompromissada.

Assim, ao lado de enunciados como *Os meninos jogam bola*, o português coloquial brasileiro apresenta frases como *Os menino joga bola*.

Esse traço costuma vir registrado, na literatura contemporânea, na reprodução da fala dos personagens.

(POSITIVO, 2009)

A heterogeneidade discursiva evidencia-se também no Enunciado 2. O discurso da sociolinguística ecoa no enunciado, mas restringindo-se à leitura do português não clássico. Não é a língua portuguesa como um todo que apresenta CV variável e sim “o português contemporâneo brasileiro”, “os falares populares” e até “os contextos cultos, inclusive escritos”, quando a ocorrência de uma variável linguística – a ordem inversa entre sujeito e predicado – favorecer a não-concordância. Contudo, estudos sociolinguísticos diacrônicos em contraste com estudos sincrônicos (NARO e SCHERRE, 2007; NARO, 2007) mostraram que a concordância verbal era/é um fenômeno variável também no português europeu escrito de todas as épocas.

ENUNCIADO 2

A Concordância e a Ordem Inversa

Quando dizemos que o português contemporâneo brasileiro apresenta concordância variável, isso quer dizer que são relativamente comuns frases que não realizam concordância. Observamos também que esse tipo de fenômeno caracteriza mais explicitamente os falares populares, mas não está ausente dos contextos cultos, inclusive escritos.

Agora, se analisamos mais atentamente os enunciados em que isso ocorre, notamos que as frases em **ordem inversa**, ou seja, aquelas em que o sujeito aparece após o verbo, favorecem mais fortemente a ausência de concordância, sobretudo verbal.

Um falante escolarizado brasileiro dificilmente diria, ao menos não em situação mais tensa, uma frase como:

(8) Quatro semanas falta para entrarmos em férias.

Entretanto, o mesmo falante, na mesma situação, talvez dissesse:

(8a) Falta quatro semanas para entrarmos em férias.

Os dois enunciados são estruturalmente equivalentes. No entanto, o segundo está redigido em ordem inversa, e esse fator favoreceu que nele não se realizasse concordância entre a forma verbal *falta* e o sujeito *quatro semanas*.

(POSITIVO, 2009)

De modo semelhante, o material do Sistema COC de Ensino evidencia não estar completamente alheio aos estudos sociolinguísticos. Afirma:

ENUNCIADO 3

A **concordância verbal e nominal** é o subdomínio da **Sintaxe** que *descreve* (e quase sempre *prescreve*) os mecanismos de flexões verbais e nominais segundo os quais as palavras e os termos se harmonizam num contexto sintático.” (COC, 2009).

No Enunciado 3, são os termos “descrever” e “prescrever” que indiciam a heterogeneidade discursiva. Quem “descreve” é a linguística, quem “prescreve” é a gramática tradicional. Na afirmação de que a sintaxe “descreve os mecanismos de flexões verbais e nominais segundo os quais as palavras e os termos se harmonizam num contexto”, há um alinhamento do enunciador com a linguística. Contudo, a imediata introdução do parêntese “(e quase sempre prescreve)” após “descreve” é uma manifestação cabal da emergência de uma outra ordem semântica – a da gramática tradicional. Se não se pode mais alegar ignorância em relação aos conhecimentos produzidos pela sociolinguística, também não se assume que a gramática tradicional possa ser abolida.

No Enunciado 4, a seguir, essa agonia semântica reaparece na admissão de que o uso de **ter** por **haver** e **existir** generalizou-se na “linguagem oral do Brasil”, mas em “construções não abonadas pelas gramáticas”, devendo “ser substituídas, a bem da adequação à norma culta”.

ENUNCIADO 4

Na linguagem oral do Brasil vai-se generalizando o uso de **ter** por **existir** e **haver**, em construções não abonadas pelas gramáticas:

*Naquele dia, **tinha** muita gente lá em casa.
Tem coisas que só a Philco faz pra você.
Amanhã **vai ter** muita gente me procurando.*

Recomenda-se que tais construções devam ser substituídas, a bem da adequação à norma culta, por:

*Naquele dia, **havia (existia)** muita gente em minha casa.
Há (Existem) coisas que só a Philco faz para você.
Amanhã **haverá** muita gente procurando-me.*

(COC, 2009)

Fica evidente o quão custoso é para esses materiais didáticos apostilados, destinados ao ensino de língua portuguesa, assumir uma postura francamente sociolinguística em relação às variedades linguísticas. A aliança com os ideais de uma classe média alta, linguisticamente reacionária, que se recusa a compreender que uma língua viva varia e muda incessantemente, é certamente um ingrediente que pesa na opção pelo viés interpretativo da gramática tradicional. Nesse contexto educacional, a desadesão ao discurso gramatical poderia ser mal-entendida, comprometendo a reputação e a credibilidade da instituição diante daqueles pais que, convictamente, enviam seus filhos à escola particular para aprenderem a falar e escrever corretamente.

Sem a aprovação dessa clientela, o português provavelmente continuará, nesse espaço, sendo significado como UM e não como VÁRIOS, apesar de o discurso da linguística não poder mais ser tratado como algo desconhecido. De um lado, há a ebulição do novo paradigma de ensino de língua portuguesa que condensa a posição dos especialistas, de outro, a pressão de senso comum exercida pela potencial clientela, que permanece presa ao modelo de ensino que ela própria vivenciou na sua carreira escolar (“No meu tempo era assim!”). Essa heterogeneidade é constitutiva do discurso das apostilas e evidencia-se na abordagem da CV, ainda que eufemisticamente.

2. A POSIÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA COMO EUFEMISMO

O discurso da sociolinguística se insinua, pois, nas apostilas por meio de termos como: 1) *norma culta, modalidade escrita culta, norma padrão, padrão culto da linguagem*, contrapostos a *português coloquial brasileiro, português contemporâneo brasileiro, português popular brasileiro etc.*; 2) *adequado/inadequado* ao invés de *certo/errado*, e também de termos como *desvio, problema, desacordo, traço característico da variedade X* ao invés de *erro*; 3) *reescrever* ao invés de *corrigir*. Aliás, o termo *certo* ainda aparece esporadicamente nos enunciados do material didático estudado, mas os termos *erro* e *errado* encontram-se em franco declínio.

O enunciado 5, a seguir, que tematiza a CV em frases com sujeito semanticamente coletivo, mas formalmente singular, refere-se ao período “Mas o povo criam, mas o povo engenam, mas o povo cavilam...” (caixa de destaque) como “inadequado à norma culta” e não como categoricamente *errado*. Já no enunciado do exercício relativo ao quadrinho de Angeli (caixa de destaque), o uso da expressão “traço característico da fala coloquial brasileira” para designar a não aplicação da CV na

oração com sujeito posposto (“Droga! Mais uma vez me *falta todos os ingredientes*”) substitui, de modo adocicado, o termo *erro*, que, certamente, seria empregado, não fossem os ecos da sociolinguística tirando o sono da tradição gramatical.

ENUNCIADO 5

Como sabemos, **coletivo** é um substantivo de forma singular, mas de significado plural. A maioria dos estudantes, aliás, teve de decorar coletivos em algum momento de sua vida escolar (e saber, por exemplo, que *cardume* é o coletivo de *peixe*, que *vara* é o coletivo de *porco* e assim por diante).

A palavra *povo*, por exemplo, tem idéia plural, mas faz concordância no singular (é *o povo*, singular gramaticalmente):

(25) Mas *o povo cria*, mas *o povo engenha*, mas *o povo cavila*. *O povo* é o inventa-línguas, na malícia da mestria, no matreiro da maravilha. O visgo do improviso, tateando a travessia, azeitava o eixo do sol... *O povo* é o melhor artífice.

Haroldo de Campos, *Galáxias*

Seria, naturalmente, inadequado à norma culta um enunciado, como:

(25a) Mas *o povo criam*, mas *o povo engenam*, mas *o povo cavilam*...

Há, entretanto, um caso em que a norma culta aceita a concordância no plural para sujeito com núcleo coletivo. Isso é possível se esses núcleos forem acompanhados de um complemento no plural, sobretudo se houver certa distância entre o sujeito e a forma verbal.

Por exemplo:

(26) A *comitiva dos embaixadores* dirigiu-se ao novo centro ecológico. Lá *observaram* as pesquisas e *admiraram* os avanços conseguidos nessa área.

Esse princípio tem especial vitalidade nos coletivos com idéia partitiva, como a *maioria de*, a *maior parte de*, *grande parte de*:

(27) Todos sabemos que a *maioria dos municípios brasileiros estão quebrados* e sem recursos financeiros para atender as demandas sociais.

Revista *Mundo Jovem*, n. 189, out. 1996, p. 21

Fique claro que nesses casos também seria possível lançar mão da regra geral e empregar as formas verbais no singular:

(26a) A *comitiva dos embaixadores* dirigiu-se ao novo centro ecológico. Lá *observou* as pesquisas e *admirou* os avanços conseguidos nessa área.

(27a) Todos sabemos que a *maioria dos municípios brasileiros está quebrada* e sem recursos financeiros para atender as demandas sociais.

Revista *Mundo Jovem*, n. 189, out. 1996, p. 21



Folha de S. Paulo, 20 jan. 1997, p. A-2

Nos quadrinhos de Angeli, a fala final, da dona-de-casa, apresenta um traço característico da fala coloquial brasileira. Qual é esse traço?

(POSITIVO, 2009)

No Enunciado 6, extraído da apostila do Positivo, reproduzindo uma questão da Universidade Federal de Pelotas, observa-se, à primeira vista, uma estreita

aproximação com o discurso da sociolinguística, mas não livre do fantasma do discurso gramatical. A primeira questão (caixa de destaque) fala em “adequar a linguagem ao grupo de leitores a que (a propaganda) se destina”, porém fala também em “fugir da concordância ditada pela norma padrão”, expressão em que o termo “fugir” remete à ideia de que a CV é a norma. Não se admite a possibilidade de a não-concordância ser a norma, como de fato é em muitas variedades de português. Há, pois, uma legitimação/naturalização da CV, como propriedade da língua portuguesa, embora nomeada como “norma padrão” ou como “modalidade culta da língua” (caixa de destaque). Ademais, a tônica dos exercícios é sempre a tradução da modalidade popular para a modalidade culta do português, nunca o contrário (caixa de destaque).

ENUNCIADO 6


06.15. (UFPEL – RS) – Abaixo aparece uma propaganda de ARUBA, uma praia do Caribe. O autor desse texto demonstra um bom conhecimento do destinatária da mensagem, de seus “códigos” pessoais e de grupo, de seus centros de interesse, de sua cultura.

ARUBA, 18 DE JULHO DE 1995

JUJU, CARLOS, MARIBEL, LUISA,
LOMBRIGA, SÔ, FERNANDO, ELVIS,
MARÍLIA, CHUCHU E O RESTO DA
CAMPADA

~~ESTOU EM ARUBA. E' DEMAIS JA' PASSEEI
DE SUBMARINO, ANDEI DE JETSKI E BRINQUEI
DE BANANA BOAT. OS ARUBENSES SÔ MUITO
LEGAT'S. AS ARUBENSES MAIS AINDA. ACHO
QUE E' O SOL DO CARIBE. VOCÊS JAM ADO-
RAR O MAR. ELE E' TÃO AZUL QUANTO MEUS
OLHOS.
AMANHÃ TÔ PENSANDO EM FAZER UMAS
AULAS DE MERGULHO. QUASE JÁ ESQUECENDO
LEMBRA QUE VOCÊS ME CHAMAVAM DE AZA-
RADO? SÔ PRA QUEBRAR A ESCRITA, ONTEM
GANHEI NO CASSINO. CALMA, CONTROLEM A
INVEJA. TENHO UM MONTE DE FOTOS PRA
MOSTRAR.
MAS NÃO SEI QUANDO VOLTO.~~

BYE, BYE!
MARCO



a) A originalidade desse texto está no fato de o autor da propaganda ter riscado a maior parte dela. Com que objetivo ele fez isso?

b) Copie uma passagem do texto acima em que há, por parte do autor da propaganda, uma deliberada intenção de fugir da concordância ditada pela norma-padrão, para adequar a linguagem ao grupo de leitores a que se destina.

c) Reescreva essa passagem na modalidade culta da língua.

(POSITIVO, 2009)

Eufemisticamente também se emprega o termo “desvio”, em lugar de “erro”, como no Enunciado 7, no exercício proposto com base numa tirinha de Angeli. Wood e Stock conversam e, logicamente, como quem conversa, usam uma modalidade coloquial da língua portuguesa. O exercício solicita, primeiro, que o aluno “Transcreva dos quadrinhos um *desvio* relacionado à concordância verbal”. Embora seja empregado o termo “desvio”, que é mais suave que “erro”, implicitamente reafirma-se a concepção categórica da CV, já que o enunciado não relativiza o alcance do desvio (desvio em relação a que norma(s)?). Porém, ao solicitar que o aluno “Refaça tal frase de acordo com a norma culta”, a posição categórica (Refaça de acordo com as normas gramaticais) é evitada, uma vez que a reescrita se faz relativamente a **uma** norma e não à **única** norma.

ENUNCIADO 7

WOOD & STOCK - Angeli



- a) Transcreva dos quadrinhos um desvio relacionado à concordância verbal.
- b) Refaça tal frase de acordo com a norma culta.

(COC, 2009)

No Enunciado 8, é o termo “construção em desacordo” que se usa para substituir e suavizar a noção de “erro”. O efeito de sentido não seria o mesmo se, no lugar de “construção em desacordo com a gramática normativa no tocante à concordância verbal”, fosse dito “construção errada no tocante à concordância verbal”. Não há sinonímia entre essas duas construções, pois elas indiciam diferentes processos de interpelação: quem diz “construção em desacordo...” é um enunciador não mais inocente em relação ao purismo linguístico e ao absolutismo gramatical, ele conhece/vivencia a existência incômoda e desestabilizadora do discurso relativista da linguística. Não sem razão, no mesmo enunciado, substitui “desacordo” por

“inadequação”. A atividade de reescrita não ordena uma correção peremptória, mas sim uma “adequação à norma culta”.

ENUNCIADO 8

O parágrafo a seguir foi modificado e apresenta uma construção em *desacordo* com a gramática normativa no tocante à concordância verbal.

“TURISTA APRENDIZ – Quantas viagens a Nova York são necessárias para alguém aprender uma maneira de ficar rico? Para o paulista João de Matos bastou uma. Ele chegou a Nova York com dinheiro suficiente para férias prolongadas. Descobriu em pouco tempo que faltava ao viajante americano informações precisas sobre destinos turísticos no Brasil. Com dinheiro emprestado, abriu...”

- a) Transcreva o trecho em que ocorre a *inadequação*.
- b) Reescreva esse trecho, *adequando-o* à norma padrão
- c) Aponte uma causa possível para a ocorrência dessa *inadequação*.

(POSITIVO, 2009)

As derrapagens na fronteira que separa o discurso gramatical do linguístico são muitas, sinalizando que nada se encontra estabilizado no campo do ensino de língua portuguesa contemporaneamente. Nesse terreno movediço, vezes há em que a voz do discurso gramatical ressurgue altissonante, sem qualquer subterfúgio.

3. A POSIÇÃO GRAMATICAL SEM DISFARCE

Quando se examina o banco de questões sobre CV, constante das duas apostilas aqui estudadas, descobre-se que ele constitui um conjunto altamente desigual e contraditório em termos de alinhamento discursivo. Juntamente com questões que revelam sensibilidade (ainda que mínima) para o tratamento linguístico da língua e da CV, depara-se com questões que reafirmam, sem qualquer disfarce sociolinguístico, a identificação com o discurso gramatical e com a abordagem categórica da CV.

No Enunciado 9, as questões 02, 03 e 04, embora não se refiram explicitamente à correta CV, subentendem que ela é categórica, na medida em que apenas **uma** das alternativas deve ser selecionada para preencher as lacunas deixadas nos períodos a serem completados. Também a questão 6 assenta-se no princípio da categoricidade da concordância, nomeando-o explicitamente por meio da oração “se faça a concordância (nominal e verbal) de *forma correta*”. Já a questão 7 revela a ambivalência do enunciador, pois, se, por um lado, emprega o termo “infração”, remetendo-se ao discurso gramatical, por outro, relativiza o domínio da norma (“língua escrita culta”),

remetendo-se ao discurso linguístico. Essas questões convivem, na mesma página, com a de número 5, mais sintonizada com os postulados da sociolinguística.

ENUNCIADO 9

Assimilação

06.01. (UNICAMP – SP) – Texto:

Sem comentários

Do delegado regional do Ministério da Educação no Rio, Antônio Carlos Reboredo, ao ler ontem um discurso de agradecimento ao seu chefe, o ministro Eraldo Tinoco: "Os convênios assinados traduz (sic) os esforços..."*

Painel, Folha de S. Paulo, 12 set. 1992

*sic: palavra latina que significa assim; no caso, é usada pelo jornal com o sentido de exatamente desta forma.

O título da nota acima, "Sem comentários", é, na verdade, um comentário que expressa o ponto de vista do jornal, motivado por um problema gramatical no discurso lido por A. C. Reboredo.

a) Que problema gramatical provocou o comentário do jornal?

b) Explícite o comentário que está sugerido, neste caso específico, pela expressão "sem comentários":

06.02. (UEL – PR) – _____

_____ as providências necessárias para o saneamento da cidade.

- a) Haverá de ser tomado;
- b) Haverão de ser tomadas;
- c) Haverá de serem tomadas;
- d) Haverão de serem tomadas;
- e) Haverão de ser tomado.

06.03. (UEL – PR) – Caso _____ recursos, os sócios mudarão os planos _____ à compra do imóvel.

- a) venham a faltar – concernentes;
- b) venha a faltarem – concernente;
- c) venham a faltarem – concernente;
- d) venha a faltarem – concernentes;
- e) venha a faltar – concernente.

06.04. (UEL – PR) – Até ontem, já _____ duas mil pessoas desabrigadas em todo o estado, e muitas mais _____ se _____ as chuvas torrenciais.

- a) existiam – haverá – continuar;
- b) existiam – haverão – continuarem;
- c) existia – haverá – continuar;
- d) existia – haverão – continuarem;
- e) existiam – haverá – continuarem.

06.05. Assinale a(s) alternativa(s) que apresenta(m) frase inadequada à norma culta da língua portuguesa:

- 01) Os dinossauros foram exterminados, provavelmente, por um choque de meteoro com a Terra. Fazem aproximadamente 65 milhões de anos que isso ocorreu.
- 02) Os funcionários que haviam sido demitidos voltaram ao trabalho após negociação com a direção da empresa.
- 04) Os fatos espantosos que se seguiram à descoberta do ET em nossa cidade não poderiam ser narrados por qualquer cronista. Houveram os que tentaram, mas nenhum logrou realmente êxito com a tentativa.
- 08) Foi lindo o reencontro de Lygia e Pompeu. Não se viam já fazia mais de quinze anos.

06.06. (PUC – PR) – Se passarmos a palavra sublinhada de cada frase abaixo para o singular:

- I. Novos **programas** oferecem viagens à fronteira do espaço e às profundezas do oceano.
- II. Os **presos** podem receber suas mulheres... enquanto seus companheiros respeitam religiosamente o encontro dos "pombinhos".
- III. Os **detentos** pagam dívidas em maços de cigarros, freqüentam igrejas...
- IV. As **paredes** da casa de detenção, como se pode supor, têm ouvidos.

V. Os **presos** encontram diversas maneiras de driblar o baixo-astral que reina na casa da detenção.

Devem ser modificadas, além da sublinhada, para que se faça a concordância (nominal e verbal) de forma correta:

- I. na frase I, mais duas palavras;
- II. na frase II, mais quatro palavras;
- III. na frase III, mais cinco palavras;
- IV. na frase IV, mais três palavras;
- V. na frase V, mais duas palavras.

Estão corretas:

- a) apenas I, II e V
- b) apenas I, II, III e V
- c) apenas I, II, IV e V
- d) apenas II, III, IV e V
- e) todas

Aperfeiçoamento

06.07. (FGV – SP) – *As denúncias não suficientemente esclarecidas quanto ao comportamento ético do Ministro da Fazenda nos deixou ainda mais constrangidos, não só a mim, mas a companheiros do governo.* A frase acima contém uma infração às normas da língua escrita culta.

a) Transcreva o segmento em que ela se encontra e explique uma causa provável:

b) Redija novamente a frase, de acordo com aquelas normas:

(POSITIVO, 2009)

No Enunciado 10, depara-se com a questão 8, francamente alinhada com a posição gramatical, uma vez que se refere à variação como "infração às normas de concordância" e ordena a "a devida correção", sem fazer referência a qualquer adjunto

adnominal que restringisse o âmbito da norma em questão. Com ela convive a questão 11, estreitamente articulada com os postulados da sociolinguística, já que se refere à variação como “marcas linguísticas”. O texto explorado nessa questão – um poema-canção – representa o falar popular brasileiro. Inusitadamente, o exercício não pede para ‘concertar o que está errado ou inadequado à norma culta’, mas para apontar “as marcas linguísticas dos versos que permitem perceber que estão em norma popular”.

ENUNCIADO 10

06.08. (FGV – SP) – *Na reunião do Colegiado, não faltou, no momento em que as discussões se tornaram mais violentas, argumentos e opiniões veementes e contraditórias.*

No trecho acima, há uma infração às normas de concordância.

a) Reescreva-o com a devida correção:

b) Justifique a correção feita:

06.09. (UNICAMP – SP) – Apesar de consideradas erradas, construções como “*No segundo turno nós conversa*”, “*A gente fomos*”, “*Subiu os preços*” obedecem a regras de concordância sistemáticas, características principalmente de dialetos de pouco prestígio social.

O trecho abaixo, extraído de um editorial de jornal (portanto, representativo da modalidade culta), contém uma construção que é de fato um erro de concordância.

Pode-se argumentar, é certo, que eram previsíveis os percalços que enfrentariam qualquer programa de estabilização (...) necessário no Brasil.

Folha de S. Paulo, 7 nov. 1990

a) Transcreva o trecho em que ocorre um erro de concordância:

c) Reescreva o trecho de forma a adequá-lo à modalidade escrita culta:

06.10. No texto a seguir aparece uma forma verbal inadequada à norma culta da língua portuguesa. Leia-o atentamente, transcreva a forma incorreta e reescreva o trecho em que ela ocorre, de modo a torná-lo adequado ao português escrito culto.

Seguranças são transferidos

Da Reportagem Local

A assessoria de imprensa do Metrô informou que alguns seguranças foram deslocados para as estações mais perigosas, principalmente na zona leste.

Ontem à tarde, haviam somente dois seguranças na estação Patriarca, onde já houveram dois assaltos este ano. No último deles, no dia 6 de fevereiro, uma usuária foi ferida na perna por um tiro.

Segundo o delegado titular do Deopom (delegacia do Metrô), Orlando Floriano Vieira, não existe razão para preocupação.

“Desde o dia 9 de março que não acontecem assaltos nas estações”, afirmou. Nenhum dos 12 assaltos ocorridos este ano foi solucionado.

Folha de S. Paulo, 31 mar. 1995 – Agência Folha

06.11. Leia atentamente os versos a seguir, representativos do português popular brasileiro.

Pé cascado

Moda-de-viola de Oscar Martins e Vieira

*Vai chegando o mês de agosto
A tarde fica embaçada
Passarinho canta triste
A curianguinha a urutaga.
Gavião encorujado
Dorme nas arta copada,
Nambuzinho pia triste,
Dono vorta nas paiada,
Meu coração amagoa
Dá dolorosas pancada.*

(...)

*Nas festa que eu chego e canto,
Moça fica arvorçada.
Na cozinha eu escuito
O zunzum das muié casada,
Tão gavano as minha moda
Por tê palavra apertada.
Os campeão fica num canto,
Tudo o povo dão risada
Eles sai devagarinho
Corre quando pega a estrada.*

MARQUES, Rubens Vieira. *Som da terra*. Vieira e Vieirinha. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1994. 1 disco compacto: digital, estéreo, 994902-2 © by Editora Augusta Ltda.

Este poema-canção está evidentemente redigido em português popular brasileiro. Desconsiderando variantes de pronúncia, aponte marcas linguísticas dos versos que permitem perceber que estão em norma popular:

(POSITIVO, 2009)

No Enunciado 11, a questão 6 reflete um processo de interpelação totalmente dominado pelo discurso da gramática. O uso do termo “infração” remete aos sentidos de

violação, transgressão, desobediência, descumprimento de uma lei, regulamento ou norma, no caso “as normas de concordância”, referidas como normas categóricas, uma vez que não há qualquer adjunto adnominal restringindo o domínio das normas. Poder-se-ia dizer que o enunciado “No 2º período, há uma infração às normas de concordância. Reescreva-o de maneira correta” seria um possível sinônimo de “No 2º período, há um erro de concordância. Corrija-o”. Ambos poderiam ser gerados pela mesma formação discursiva, materializando a formação ideológica purista, cujo sentido central é o de que uma língua, qualquer língua, é una, homogênea, invariável, imutável.

ENUNCIADO 11

06. (Fuvest-SP) A Polícia Federal investiga os suspeitos de terem ajudado na fuga para o Paraguai e a Argentina. A polícia desses países não puderam prendê-los porque o governo brasileiro não fez o pedido formal de captura. (Adaptado de O Estado de S. Paulo)

a) No 2º período, há uma infração às normas de concordância. Reescreva-o de maneira correta.

b) Indique a causa provável dessa infração.

(COC, 2009)

Inúmeros outros exemplos do banco de questões poderiam ilustrar aqui essas idas e vindas entre o discurso da linguística e o da gramática tradicional.

4. CONTRAPONTO ENTRE O PRESENTE ESTUDO E ESTUDOS SOBRE CV NO LIVRO DIDÁTICO

Rodrigues (2010), na dissertação *O português não-padrão no universo de livros didáticos do ensino médio: posições discursivas*, que, como o presente estudo, integra o projeto “Enunciados da linguística em enunciados sobre/do ensino de português: batalhas de sentidos”³, analisou os gestos de interpretação em torno do tema “variações do português” em dois livros didáticos do ensino médio: “Português: de olho no mundo do trabalho”, de Ernani Terra e José de Nicola (obra 1), e “Português: língua e cultura”, de Carlos Alberto Faraco (obra 2), ambas incluídas no Catálogo do PNLEM. O estudo focaliza a polêmica entre o discurso gramatical (ideologia purista acerca da

³ Projeto vinculado ao Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem – MeEL, coordenado pela professora Dra. Maria Inês Pagliarini Cox.

língua) e o discurso linguístico (ideologia pluralista acerca da língua), que permeia o campo do ensino de língua portuguesa:

Quer dizer, a polêmica entre o discurso gramatical e o discurso linguístico, uma polêmica de envergadura, ainda está na ordem do dia. Para seguir sobrevivendo, o discurso gramatical, um discurso primeiro, se apropria de alguns signos do discurso linguístico, o discurso segundo, como se estivesse se renovando. (RODRIGUES, 2010, p. 103)

Segundo Rodrigues e Cox (2011), nessa polêmica, a obra 1 busca responder aos postulados do novo paradigma de ensino, ainda posicionada à direita do discurso gramatical, ao passo que a obra 2 o faz situada à sua esquerda e à direita do discurso linguístico.

Na obra 1, as autoras flagram uma espécie de “namoro infiel” do discurso gramatical com o discurso linguístico na tentativa de interpretar o português como contextualmente variável. À primeira vista, parecia-lhes que “[...] os enunciadores da obra 1 falavam das variedades de português interpelados pela ideologia e pelo discurso do múltiplo, mas logo perceberam o retorno à ideologia e ao discurso do UM”. Na obra 2, observam uma espécie de “separação litigiosa” do discurso linguístico em relação ao discurso gramatical, “[...] na luta para derrotar o purismo ideológico e gramatical que tolda a interpretação do português como uma língua heterogênea e dinâmica e é fonte de preconceito, estigma e discriminação” (RODRIGUES e COX, 2011, p. 169). No tocante à concordância verbal que o discurso gramatical interpreta como fenômeno categórico e o discurso linguístico, como variável, as autoras observam que

[...] o enunciador 2 afirma que é preciso “despir-se dos costumeiros julgamentos sociais preconceituosos sobre o português popular (*nós vai*) e compreender que *nós vai é tão português quanto nós vamos*, ou seja, compreender que quem fala *nós vai* não é um *sem* gramática, mas alguém *com* uma gramática diferente. Enquanto os enunciadores 1 se limitariam a dizer que na norma culta obrigatoriamente o verbo concorda com o sujeito em número e pessoa, subsumindo que o português popular **infringe** as regras gramaticais, ou seja, é não gramatical e caótico, o enunciador 2 fornece uma descrição detalhada das especificidades gramaticais da língua popular no que tange ao apagamento sistemático de marcas redundantes de plural tanto na concordância verbal quanto na concordância nominal, fenômeno que faz da gramática popular uma gramática “econômica” e “elegante”. Tais qualificativos seriam impensáveis na boca de quem professa o discurso gramatical que esconjura a “falta” de concordância entre o verbo e o sujeito (*nós vai*) e entre os determinantes e o nome na locução nominal (*as menina alta*) como uma forma de atentado contra a lógica do pensamento. Assim, vemos a posição prescritiva e normativa ser rebatida mediante argumentos

científicos descritivos e explicativos, buscados no domínio da sociolinguística. (RODRIGUES e COX, 2011, p. 166).

No caso dessa pesquisa, observa-se que o tratamento dado à CV pelas apostilas se assemelha mais ao observado na obra 1, com a apropriação de alguns signos do discurso linguístico, para substituir aqueles que caíram em descrédito no universo semântico do novo paradigma do ensino de língua portuguesa, mas submetendo-os ao regime semântico do discurso gramatical. Os termos “erro”, “errado” e “incorreto” foram evitados em favor de termos mais brandos, algumas vezes extraídos do próprio idioma da sociolinguística, como “inadequação”, “inadequado”, “marcas linguísticas da norma popular”, e outras do discurso não especializado do senso comum, como “desvio”, “desacordo”, “problema”. Frequentes vezes, os termos “gramática” e “língua portuguesa” são referidos como “norma culta”, “norma padrão”, “modalidade escrita culta” etc. O que Rodrigues afirma sobre a obra 1 aplica-se perfeitamente às duas apostilas analisadas:

Clivados pelo discurso da linguística, os autores sentem-se, pois, constrangidos a evitar signos categóricos e estigmatizados como “certo e errado”, valendo-se da estratégia de tentar encerrá-los em “arquivos mortos”, à medida que se apropriam dos signos do discurso Outro, ainda que os leiam pelo sistema de restrições semânticas do discurso Mesmo.

(...)

Os parcimoniosos “adequado e inadequado”, empregados pelos autores em lugar dos contundentes “certo e errado”, não são trocas motivadas pela convicção de quem está deixando de se identificar com um discurso para se identificar com outro, mas dispositivos para manter-se na cena, driblando aqueles que tendem para o discurso Outro. (RODRIGUES, 2010, p.105)

CONCLUSÃO

Constatou-se que o tratamento dado à língua pelas apostilas ignora completamente as normas que fazem parte da competência linguística e comunicativa dos alunos como falantes nativos de uma ou mais variedades de português. Nenhum contraste entre as normas reais e as ideais é divisada nas páginas destinadas ao tratamento da CV no material didático analisado. Como afirma Scherre (2005, p. 95), “[...] na maioria das vezes, se ensina gramática normativa na suposição de se estar ensinando língua materna”. Essa atitude diante do ensino da gramática normativa leva

os falantes a pensarem que “não sabem português”, que “português é muito difícil”, porque tudo o que sabem é descartado a título de erro. Como consequência, sentem-se desencorajados a falar em público e a escrever e desenvolvem forte aversão pela disciplina escolar Língua Portuguesa.

A análise das apostilas parece confirmar a conjectura inicial deste estudo de que as escolas privadas de ensino médio e o material didático adotado por elas constituem um território pouco receptivo à entrada do novo paradigma de ensino de língua portuguesa. Os órgãos governamentais e o Ministério da Educação, desde a década de 1980, vêm se mostrando sensíveis ao discurso sociolinguístico, que se articula coerentemente com suas políticas públicas de valorização da diversidade cultural e das minorias. Porém, percebe-se que os parâmetros e orientações curriculares têm ecoado apenas no espaço do ensino público do Brasil. O que se evidencia nos materiais didáticos das escolas particulares é uma forma “matreira” de disfarçar o discurso normativo com a roupagem da sociolinguística, mediante substituição de *certo/errado*, por *adequado/inadequado*, de *língua portuguesa* por *norma culta*, de *corrigir* por *reescrever de acordo com a norma culta*. Efetivamente o que se observa é uma tentativa de adequar o velho para passar por novo, porém, sem abrir mão do poder que a adesão ao discurso gramatical concede a quem fala/ensina em seu nome.

Por meio deste estudo, deseja-se contribuir para a promoção de uma educação sociolinguística que seja eficiente na tarefa de enriquecer a competência comunicativa dos alunos, e, além disso, formar cidadãos livres de quaisquer preconceitos linguísticos, capazes de colocar em discussão o senso comum, reforçado pela mídia, de que a maioria dos brasileiros não sabe português, porque sua fala/escrita não se encaixa no esquadro da norma padrão. Bagno (2007, p. 83-84) apresenta a proposta de *reeducação sociolinguística*, explicando o termo “reeducação” como “reorganização dos saberes linguísticos” com base nos conhecimentos que o aluno tem de sua língua materna e não com base no princípio de correção e o termo “sociolinguística” como tomada de consciência sobre os “juízos de valor sociais que pesam sobre cada uso da língua”. Segundo o autor, uma *reeducação sociolinguística* envolve:

- promover a auto-estima dos alunos e das alunas, dizer-lhes que *elas sabem português* e que a escola vai ajudar a *desenvolver* ainda mais esse saber;
- levar o/a aluno/a tomar consciência da *escala de valores* que existe na sociedade com relação aos usos da língua [...]; mas, atenção, *tomar consciência não significa aceitar essa discriminação nem submeter-se a ela!*

- *ampliar o repertório comunicativo* (dos alunos), ter à sua disposição um número maior de opções, que poderão ser empregadas de acordo com as necessidades de interação;
- conscientizar o alunado de que a língua é usada como elemento de *promoção social* e também de *repressão* e *discriminação* – comparar o preconceito linguístico com outras formas de preconceito que vigoram na sociedade; desconstruir o preconceito linguístico com argumentos bem fundados e alertar alunos e alunas contra suas próprias práticas de discriminação;
- trabalhar para a inserção plena dos alunos e das alunas na cultura letrada, por meio das práticas ininterruptas da escrita e da leitura, isto é, práticas de *letramento* – promover o conhecimento ativo das convenções dos muitos gêneros textuais que circulam na sociedade, sobretudo dos gêneros escritos mais monitorados; promover a formação do leitor autônomo;
- promover o reconhecimento da diversidade linguística como uma riqueza da nossa cultura, da nossa sociedade, ao lado de outras diversidades culturais e até mesmo da biodiversidade natural – muitos estudiosos falam de uma ecologia linguística, em que a diversidade das línguas e das variedades linguísticas deve ser valorizada e preservada como bem inestimável da espécie humana. (BAGNO, 2007, p. 83-85).

Se, por um lado, os ecos dessa proposta de *reeducação sociolinguística* começam a causar algum furor no espaço da escola pública brasileira, por outro, eles sequer tocam “os ouvidos” das escolas privadas que permanecem surdas e impermeáveis a qualquer ideia que desestabilize as certezas do paradigma da tradição gramatical, seguindo impávidas na prática do “dever ser”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

BRASIL/SEMTEC/FNDE (PNLEM 2008). *Catálogo Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio, Língua Portuguesa*. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. *Guia de livros didáticos - PNLD 2012: Língua Portuguesa*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

BRASIL. DCNEM/MEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica – *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. OCEM/MEC – Secretaria de Educação Básica – *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*; vol. 1. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. PCNEF/MEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica – *Parâmetros Curriculares Nacionais*: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

BRASIL. PCNEF/MEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica – *Parâmetros Curriculares Nacionais*: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. PCNEM/MEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica – *Parâmetros Curriculares Nacionais*: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BRASIL. PCNEM+/MEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica – *Parâmetros Curriculares Nacionais*: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

CALLOU, Dinah. A propósito de norma, correção e preconceito linguístico: do presente para o passado. *Cardernos de Letras da UFF – Dossiê: Preconceito linguístico e cânone literário*, no 36, p. 57-73, 2008.

NARO, A. J. e SCHERRE, M. M. P. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NARO, Anthony Julius. *Garimpo das origens do português brasileiro*. In: NARO, A. J. e SCHERRE, M. M. P. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007

REY, Alain. Usos, julgamentos e prescrições linguísticas. In: Marcos Bagno (org.). *Norma Linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p.115-144.

RODRIGUES, S. R. *O português não-padrão no universo de livros didáticos do ensino médio: posições discursivas*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem - MeEL). Cuiabá: UFMT, 2010, p.157.

RODRIGUES, S. R. E COX, M. I. P. O português não-padrão em livros didáticos: posições discursivas. *Revista Linguagem & Ensino*, v. 14, n. 1, 2011, p. 145-171.

SCHERRE, M. M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.